

ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS, PRIVADAS E DA SOCIEDADE CIVIL

HUDSON DO VALE DE OLIVEIRA - ORG.



**GESTÃO, INOVAÇÃO
E RESPONSABILIDADE SOCIAL**

VOLUME III



Pantanal Editora

2021

Hudson do Vale de Oliveira
Organizador

**ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS, PRIVADAS E
DA SOCIEDADE CIVIL
GESTÃO, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL
VOLUME III**



Pantanal Editora

2021

Copyright© Pantanal Editora

Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo

Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera e Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora. **Diagramação e Arte:** A editora. Imagens de capa e contra-capas: Canva.com. **Revisão:** O(s) autor(es), organizador(es) e a editora.

Conselho Editorial

Grau acadêmico e Nome	Instituição
Prof. Dr. Adayson Wagner Sousa de Vasconcelos	OAB/PB
Profa. Msc. Adriana Flávia Neu	Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois	UO (Cuba)
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior	IF SUDESTE MG
Profa. Msc. Aris Verdecia Peña	Facultad de Medicina (Cuba)
Profa. Arisleidis Chapman Verdecia	ISCM (Cuba)
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva	UFESSPA
Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo	UEA
Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu	UNEMAT
Prof. Dr. Carlos Nick	UFV
Prof. Dr. Claudio Silveira Maia	AJES
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos	UFGD
Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva	UEMS
Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos	IFPA
Prof. Msc. David Chacon Alvarez	UNICENTRO
Prof. Dr. Denis Silva Nogueira	IFMT
Profa. Dra. Denise Silva Nogueira	UFMG
Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão	URCA
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves	ISEPAM-FAETEC
Prof. Me. Ernane Rosa Martins	IFG
Prof. Dr. Fábio Steiner	UEMS
Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza	UFF
Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez	(Colômbia)
Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles	UNAM (Peru)
Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira	IFRR
Prof. Msc. Javier Revilla Armesto	UCG (México)
Prof. Msc. João Camilo Sevilla	Mun. Rio de Janeiro
Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales	UNMSM (Peru)
Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski	UFMT
Prof. Msc. Lucas R. Oliveira	Mun. de Chap. do Sul
Profa. Dra. Keyla Christina Almeida Portela	IFPR
Prof. Dr. Leandris Argentele-Martínez	Tec-NM (México)
Profa. Msc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan	Consultório em Santa Maria
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann	UFJF
Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior	UEG
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos	FAQ
Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla	UNAM (Peru)
Profa. Msc. Mary Jose Almeida Pereira	SEDUC/PA
Profa. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira	IFPA
Profa. Dra. Patrícia Maurer	UNIPAMPA
Profa. Msc. Queila Pahim da Silva	IFB
Prof. Dr. Rafael Chapman Auty	UO (Cuba)
Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke	UFMS
Prof. Dr. Raphael Reis da Silva	UFPI
Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo	UEMA
Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca	UFPI
Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira	FURG
Profa. Dra. Yilan Fung Boix	UO (Cuba)
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme	UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

O68 Organizações públicas, privadas e da sociedade civil [livro eletrônico] : gestão, inovação e responsabilidade social: volume III / Organizador Hudson do Vale de Oliveira. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2021. 104p.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-88319-72-7

DOI <https://doi.org/10.46420/9786588319727>

1. Administração de empresas. 2. Inovação. 3. Responsabilidade social. I. Oliveira, Hudson do Vale de.

CDD 354

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



Nossos e-books são de acesso público e gratuito e seu download e compartilhamento são permitidos, mas solicitamos que sejam dados os devidos créditos à Pantanal Editora e também aos organizadores e autores. Entretanto, não é permitida a utilização dos e-books para fins comerciais, exceto com autorização expressa dos autores com a concordância da Pantanal Editora.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

APRESENTAÇÃO

Este terceiro volume da obra “Organizações Públicas, Privadas e da Sociedade Civil: Gestão, Inovação e Responsabilidade Social” traz oito capítulos, teóricos e empíricos, apresentando análises e reflexões que precisam estar sempre na mesa de debates, sobretudo pela constante transformação pela qual a sociedade passa, em função dos diferentes contextos, como a questão da pandemia que tem assolado o mundo desde 2020, e da forma como os atores atuam frente aos contextos existentes, interferindo, portanto, positiva ou negativamente, nas práticas e nas ações desenvolvidas pelas organizações, sejam elas públicas, privadas ou da sociedade civil.

Nesta perspectiva, o primeiro capítulo intitulado “Arquivo-Geral do MPRN: Gestão Arquivística Documental no Processo de Digitalização do e-MP”, tem como propósito identificar as normas e os parâmetros exigidos no processo de digitalização de documentos, frente à implantação do sistema e-MP e também apresenta os desafios na área de gestão documental eletrônica na administração pública.

No segundo capítulo, “Narrativa e Militância na Reconstituição Histórica de uma Comunidade de Baixa Renda”, as autoras trazem um relato realizado em uma comunidade de baixa renda, em Aracaju/SE, abordando, dentro outros elementos, os principais aspectos históricos, sociais, políticos e identitários da comunidade.

Com o título “Empreendedorismo Socioambiental: Uma Abordagem Transdisciplinar nos Cursos Técnicos Integrados do IFRR/*Campus* Boa Vista Zona Oeste”, no terceiro capítulo as autoras trazem um relato de uma ação de natureza pedagógica desenvolvida e implantada, desde 2016, no *Campus* Boa Vista Zona Oeste (CBVZO) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), abordando a temática do empreendedorismo socioambiental.

No quarto capítulo, “Regimes Internacionais e suas contribuições para o Desenvolvimento Econômico e do Meio Ambiente no Mundo: Uma Reflexão em relação à Preservação do Meio Ambiente e dos Animais”, os autores trazem algumas reflexões com foco em discutir os regimes internacionais e as suas contribuições para o desenvolvimento econômico e para a preservação do meio ambiente em todo o mundo.

O quinto capítulo, “Análise do Modelo de Avaliação de Pessoal adotado em SUAPE/Pernambuco”, traz uma apresentação do modelo de avaliação de desempenho adotado pelo complexo portuário de Suape/PE, e busca discutir a importância desta ferramenta de avaliação de desempenho como um instrumento democrático e inclusivo da gestão do Complexo.

Com o título “Uso de Tecnologias na Segurança Pública para Preservar e Potencializar o Turismo: Desafios da Copa do Mundo no Brasil em 2014”, no sexto capítulo os autores apresentam dados relacionados à segurança pública e discutem sobre a importância do uso das tecnologias da informação e

comunicação pela segurança pública na América Latina, com foco no caso brasileiro, por meio da experiência da Copa do Mundo de 2014.

No sétimo capítulo, “Considerações sobre os desafios na Aplicabilidade da Lei de Execução Penal no Brasil”, os autores abordam sobre a precariedade do sistema prisional brasileiro, bem como sobre as condições desumanas encontradas especificamente em alguns presídios, apresentando reflexões sobre os desafios postos à aplicabilidade da Lei de Execução Penal.

Intitulado “Cultura de Aprendizagem em Cooperativas Agropecuárias do Estado de Roraima – RR”, no oitavo capítulo os autores buscam analisar a cultura de aprendizagem em cooperativas do ramo agropecuário do estado de Roraima à luz das disciplinas abordadas por Peter Senge (2001).

Assim, com os oito textos apresentados, e reforçando o objetivo dos dois primeiros volumes desta obra, convidamos você, não apenas para a leitura dos textos que compõem este volume, mas também para contribuir com os debates e com as reflexões acerca das organizações – sejam elas públicas, privadas ou da sociedade civil –, nos mais diferentes contextos, à luz de diferentes lentes de análises e perspectivas teóricas.

Hudson do Vale de Oliveira


SUMÁRIO

Apresentação	4
Capítulo I.....	7
Arquivo-Geral do MPRN: Gestão Arquivística Documental no de Processo Digitalização do e-MP	7
Capítulo II	24
Narrativa e Militância na Reconstituição Histórica de uma Comunidade de Baixa Renda	24
Capítulo III.....	39
Empreendedorismo Socioambiental: Uma Abordagem Transdisciplinar nos Cursos Técnicos Integrados do IFRR/Campus Boa Vista Zona Oeste	39
Capítulo IV	47
Regimes internacionais e suas contribuições para o desenvolvimento econômico e do meio ambiente no mundo: uma reflexão em relação à preservação do meio ambiente e dos animais	47
Capítulo V.....	57
Análise do Modelo de Avaliação de Pessoal adotado em Suape/Pernambuco	57
Capítulo VI	68
Uso de Tecnologias na Segurança Pública para preservar e potencializar o Turismo: desafios da Copa do Mundo no Brasil em 2014	68
Capítulo VII.....	78
Considerações sobre os desafios na aplicabilidade da Lei de Execução Penal no Brasil	78
Capítulo VIII	90
Cultura de Aprendizagem em Cooperativas Agropecuárias do Estado de Roraima – RR	90
Índice Remissivo	103
Sobre o organizador.....	104

Narrativa e Militância na Reconstituição Histórica de uma Comunidade de Baixa Renda

Recebido em: 24/03/2021

Aceito em: 05/04/2021

 10.46420/9786588319727cap2

Elza Francisca Corrêa Cunha^{1*} 

Joyce dos Anjos Santos² 

Beatriz Sousa Almeida de Jesus³ 

INTRODUÇÃO

Este capítulo relata parte dos resultados de uma investigação realizada no transcurso do ano de 2020, em uma comunidade de baixa renda, em Aracaju/SE, no nordeste do Brasil. Entre os objetivos, foram levantados os principais aspectos históricos, sociais, políticos e identitários da comunidade em estudo. Para tal, aplicou-se um roteiro aberto de entrevista, em uma liderança política local, que acompanhou, desde os primórdios, o nascimento e o desenvolvimento da comunidade. O procedimento utilizado foi a Análise Narrativa.

As histórias de vida mostram as experiências biográficas com a sociedade, a cultura e a comunidade, desde a sua formação. Assim, é possível traduzir e compreender aspectos objetivos dos diversos contextos econômico, político, histórico e social, bem como de aspectos subjetivos do espaço, tempo e emoções, que são expressos nas construções dos indivíduos e das coletividades, organizados de maneira específica. O acesso às dimensões da vida humana por meio de relatos históricos apresenta significativas contribuições, em que se incluem o alargamento da visão interdisciplinar da vida contemporânea, o aperfeiçoamento das investigações sobre diversos temas, além do enriquecimento da compreensão dos fenômenos pessoais e coletivos (Delory-Momberger, 2012).

A articulação entre a memória e a identidade, no âmbito das relações intracomunitárias, é a chave para o entendimento histórico comunitário aqui retratado. A memória e as representações enunciadas mostraram-se de significativa importância na construção da história da comunidade e para a sua compreensão, à medida que clareou aspectos constituintes dos processos de formação e consolidação da comunidade. Para tal, a entrevistada rememorou a sua história pessoal e familiar, em íntima ligação com a história da comunidade. Nas suas reflexões, foram-se misturando as memórias de eventos vivenciais, de

¹ Professora Titular do curso de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe, líder do grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Saúde e Políticas Coletivas.

² Discente do curso de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe. Voluntária do Programa de Iniciação Científica COPES/UFS.

³ Discente do curso de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe, membro do grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Saúde e Políticas Coletivas. Bolsista do Programa de Iniciação Científica COPES/UFS.

* Autora correspondente: elzafrancisca@gmail.com

ordem pessoal e comunitária, os quais se mostraram significativos para o entendimento da sua própria formação política e do desenvolvimento do seu local de moradia, enquanto iam se descortinando traços ideológicos pessoais, identitários, políticos e comunitários.

Os elementos identitários são fatores que caracterizam um determinado grupo em relação ao(s) outro(s), que o definem e o fazem conhecido socialmente. Desvendar tais fatores nas identidades individual e social das comunidades, em especial as de baixa renda, têm se mostrado relevante, a fim de indicar para seus moradores, os principais elementos que os fazem ser quem são, bem como serem reconhecidos enquanto sujeitos coletivos, pessoas portadoras de direitos sociopolíticos, com funções pessoal e coletiva de lutar e alcançar tais direitos e, desta forma, tornarem-se, de maneira autônoma, atores políticos da sua comunidade e regentes de modificações da sua realidade.

Para Cuche (2002), comprometer os contextos e circunstâncias aos quais os sujeitos estão inseridos, favorece a mobilização do sentimento de pertencimento e os leva a compreenderem as suas comunidades como sistemas em construção, formados e reformado meio da autorreflexão, da capacidade de pensar, agir e interagir socialmente.

REFERENCIAL TEÓRICO

O termo comunidade, para Tönnies (1942) *apud* Brancaloneo (2008), é definido como relações grupais e de afetividade, comprometimento da moral e princípios compartilhados pela sociedade. Dessa forma, a comunidade centra-se no interior dos indivíduos, onde é possível vislumbrar os hábitos, costumes e a cooperação, sendo esse arranjo que forma os grupos, como a família, vilas e pequenos agrupamentos urbanos. Assim, as ações humanas básicas, advindas das vontades e suas forças, forjam as ações de conservação (ou de destruição) e abdicam dos objetivos individuais para priorizarem o coletivo, iniciando, assim, a união grupal em direção à constituição da comunidade.

O supracitado autor destaca a diferença entre comunidade e sociedade, em que na primeira, os indivíduos continuam juntos, mesmo com inúmeras e fortes divergências, mas em prol do bem do grupo. Ao contrário, na sociedade, os indivíduos se separam, mesmo que o restante do grupo mantenha a união. Na sociedade, a vontade individual é subjetiva, moralmente autônoma, independente e autossuficiente e em permanente conflito com as vontades dos demais, o que é considerado egoísta, na maioria das vezes. O autor classifica algumas relações comunitárias: a autoritária, cuja força é pautada na autoridade e representada pela relação entre pais e filhos; as relações pautadas no companheirismo representadas no convívio entre irmãos e as relações de amizade e companheirismo mistas, que combinam os dois delineamentos, a exemplo da convivência entre cônjuges Tönnies (1942) *apud* Brancaloneo (2008).

No que tange à Psicologia Comunitária, segundo Freitas (1996), os estudos e as experiências priorizam os trabalhos grupais e a formação da consciência crítica dos membros da comunidade. A

expressão passou a ser utilizada para inaugurar uma nova versão da Psicologia, que incluísse, em seus resultados, os voltados para a classe popular, destoando, assim, da tradicional Psicologia Social (Góis, 2005), cujas experiências retratavam os conteúdos realizados em laboratórios. Ao contrário destas, o referido termo sinaliza a deselitização das experiências profissionais da Psicologia no Brasil, que passa a privilegiar os trabalhos voltados para os coletivos populares, com procedimentos grupais a fim de compreender as identidades, social individual ou de grupos (Freitas, 1996).

Para Bleger (1984), os trabalhos comunitários devem privilegiar os objetivos e atividades grupais, declinando das atuações individuais. Ainda nesta direção, segundo Freitas (1996), as etapas do trabalho em comunidade podem ser iniciadas com um levantamento das necessidades e situações enfrentadas pela população. Entre outros métodos, o trabalho comunitário conta com procedimentos de entrevistas, que permitem identificar demandas e compreender a vivência da população em questão, sendo uma oportunidade para observar a interação entre as pessoas e as condições físicas, sociais e políticas do meio em que vivem. A autora sinaliza a importância dos profissionais serem sensíveis ao ambiente, aos entrevistados, aos temas desenvolvidos, bem como ao momento e lugar objetos de estudo. A autora afirma que a Psicologia Social é constituída pela análise da cultura, aplicando-se ao estudo e à intervenção de problemas comunitários. O estudo psicossociológico de grupos se movimenta a partir de uma abordagem centrada no indivíduo e passa para a história do grupo social a fim de conhecer as representações que os seres humanos fazem uns dos outros.

Entre os métodos que os profissionais da Psicologia Comunitária têm utilizado, destaca-se a Pesquisa Participante. Para Brandão e Borges (2007), o propósito da pesquisa/ação é “favorecer a aquisição de um conhecimento e de uma consciência crítica do processo de transformação pelo grupo que está vivendo este processo, para que ele possa assumir, de forma cada vez mais lúcida e autônoma, seu papel de protagonista e ator social”.

Os estudos sobre a identidade têm acentuado as identidades coletiva e individual. William James (1890) *apud* Deschamps et al. (2009) foi um dos pioneiros estudiosos sobre a definição de si-mesmo. Este, para o autor, tem sensações, lembranças, mas também é composto do si-mesmo mais empírico, representado pelo corpo material, pelo reconhecimento social (reputação) e pelo espírito, que são as emoções, consciência e capacidades individuais. Tais características levam a crer que para cada grupo que o indivíduo convive, existe um si-mesmo diferente, que se adapta ao coletivo onde está inserido.

Georges Herbert Mead (1934), *apud* Deschamps et al. (2009) acredita que o si-mesmo desenvolve-se de acordo com o que os outros pensam e julgam do indivíduo. Em outras palavras, a identidade é formada pelos papéis sociais que se desenvolvem no coletivo e o que o grupo ao qual pertence julga correto. Esse processo de construção da identidade social não exclui a individualidade e, a este respeito, o referido autor explica que após a construção da identidade social, baseada no grupo de pertença, a

individualidade surge como produto de uma relação dialética entre o julgamento do grupo de pertença, sobre as ações e as atitudes dos outros que interiorizamos. O indivíduo vive, assim, no limiar entre o Eu conformista, que incorpora as imposições do grupo, e o Eu criativo, responsável este pelas adaptações e pela busca à diferenciação do sujeito em relação ao grupo. Dessa forma, a identidade é formada a partir das informações incorporadas do grupo de pertença e, ao longo do tempo, a individualidade do sujeito, constituída pelas transações realizadas entre as incorporações e as diferenciações dos elementos identitários.

Para Silva (2000), a identidade não é fixa, estável, coerente, unificada e permanente, tampouco homogênea, definitiva, acabada, idêntica e transcendental. Ao contrário, o autor afirma que a identidade está em contínuo processo de produção, podendo ser descrita como instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada, ligada a estruturas narrativas, a sistemas de representação, além de ter estreitas conexões com relações de poder (Silva, 2000).

Alguns autores, entre eles, Tajfel (1979), têm acentuado na formação das identidades social e a pessoal, os processos de semelhança e diferenciação. Neste sentido, a identidade social assume semelhança, a partir do sentimento de pertença com um grupo. Ou seja, o indivíduo se vê semelhante aos outros de mesma pertença (endogrupo). Por outro lado, porém em uma relação íntima, a diferenciação surge entre os grupos, quando o indivíduo se diferencia dos demais grupos aos quais não pertence (exogrupo). Como assinalam os estudiosos, ambos os processos são decisivos na formação da identidade, enquanto a semelhança sobressai-se nos aspectos identitários sociais, a diferenciação faz com que os sujeitos sejam únicos e é relevante na identidade pessoal, construída individualmente na relação com outros indivíduos.

Informações que acentuam os efeitos do processo de diferenciação entre os grupos, resultantes de alguns estudos, apontam uma tendência de os sujeitos atribuírem ao endogrupo os resultados positivos de determinada ação. Em contrapartida, atribuem ao exogrupo os resultados negativos das ações. Esse modelo permite entender como funcionam as relações sociais inter e entre grupos, em que a diferenciação categorial articula mudanças psicossociais que ocorrem não só individualmente, como também em grupo. Quando não se pode testar objetivamente crenças e atitudes, observa-se uma tendência nos sujeitos de assumirem as opiniões de outrem de forma que essas validem a identidade pessoal. Dessa maneira, quando uma informação não é validada por todos do grupo há um desacordo entre os membros e é iniciada uma pressão para a uniformidade do grupo e o reestabelecimento da harmonia na coesão grupal (Festinger, 1954).

Os seres humanos, conforme a teoria da Identidade Social, procuram uma identificação social positiva no processo de comparação com os demais grupos. Assim, sobrevém a vontade de fazer parte de grupos mais reconhecidos socialmente (Galinskina et al, 2011). Na percepção do sujeito, o componente de valor está ligado ao modo como seu grupo é visto e julgado por outros grupos, positivamente ou

negativamente. O componente valorativo resulta em um grande incentivo para os membros do grupo realizarem comportamentos que causem uma percepção positiva, pois isso ocasiona uma predisposição dos sujeitos partilharem valores, crenças, normas e regras dos grupos e das organizações tidas como de maior prestígio (Ashforth, 2001).

Pertencer a um grupo é um importante componente afetivo, junto ao componente cognitivo do processo de identificação social, a assimilação das semelhanças, propósitos e comportamentos, ocasionados pela comparação com outros grupos, faz com que o sujeito permaneça como membro do grupo que lhe possibilite uma auto definição positiva. Em contrapartida, características do grupo que afetem a auto definição do sujeito negativamente acarretam o desligamento do grupo, sendo obrigado, então, a incrementar possibilidades de aceitação (Tajfel, 1981).

Para Machado (2003), o indivíduo convive em sociedade e faz parte de uma estrutura que possui regras e normas de comportamento. Assim, ele deve assimilar e integrar tais regras, estabelecendo vínculos afetivos com as pessoas com que convive. Surgem, desta forma, afetos com o grupo de pertença, que trata da avaliação emocional, englobando a dimensão afetiva, laços com o grupo de pertença, que demonstra a percepção de semelhança e vínculos com outros membros do grupo e a percepção de solidariedade.

Zygmunt Bauman (2005) aborda em seus achados a existência dos tipos de identidades comunitárias, a de pertencimento e de princípios. As comunidades são comumente definidas por esses dois tipos de identidade, onde os membros, ora vivem juntos em ligação extrema de pertencimento, ora só permanecem juntos por ideias e poucos princípios os ligam. Nas comunidades de baixa renda é comum observar-se o tipo de identidade de pertencimento, onde, através de forte ligação, os moradores constroem suas identidades, em seus diversos aspectos pessoal e social.

Para Costa et al. (2011), a identidade comunitária pode ser entendida como um processo de ligações estabelecidas com outros indivíduos, por meio de reconhecimento e significados em comum. Dessa forma, é possível perceber que a identidade se forma com base na pluralidade de personagens, mas é pela ligação de reconhecimento da pertença que a mesma se mantém estruturada. Os referidos autores acreditam que os estudos sobre as identidades comunitárias vislumbram o oposto da segregação, principalmente para as populações das comunidades marginalizadas pelo sistema econômico, de forma bastante recrudescida em seus aspectos social, cultural e político. Assim, tais estudos visam agregar os indivíduos pertencentes às comunidades, a fim de que se sintam pertencentes a elas, no sentido de valorizá-las, bem como construir a autoestima coletiva com base na concretude das vivências grupais e não referenciada pelos ambientes nos quais os sujeitos têm sido excluídos (Costa et al., 2011).

Na dinâmica resultante do agir coletivo na comunidade, é possível perceber a liquidez da própria identidade, uma leitura e releitura desses sujeitos sobre sua história, para fazer com que as identidades comunitárias estejam frequentemente sendo ressignificadas. Tais reflexões levam ao questionamento sobre

como poderia ser feito a reconstrução identitária de uma comunidade, reassumir aspectos sólidos, retomar representações, em face às constantes mudanças das identidades. Nessa perspectiva, a identidade reporta e inclui a temática das representações dos processos vividos pela e na comunidade, à medida que os elementos representam o passado da mesma (e dos sujeitos), recriam o sentimento de pertencimento que vai-se construindo e, na maioria das vezes, fortalecendo-se (Bauman, 2005). A este respeito, Hall (2004) explicita a relação entre identidade e representação ao afirmar que “a moldagem e a remoldagem de relações espaço-tempo no interior de diferentes sistemas de representação têm efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas”. O autor descreve a identidade, como um constructo a ser formado em continuidade por processos inconscientes. Dessa forma, a vida em comunidade torna-se dinâmica, repleta de ressignificação, hábitos e traços culturais e identitários únicos que vão surgindo com o passar dos anos.

Castells (2003) acredita que os diferentes grupos constituídos por lugares de residência, assim como por quaisquer outras características socioeconômicas, categorias trabalhistas, gêneros, idades, etnia e crenças, entre outras, são histórica e culturalmente resultantes de movimentos coletivos e apresentam sinais particulares de identidade e, por vezes, reações defensivas contra certas condições existenciais impostas pela globalização. Segundo o autor, “Em tal contexto, a reconstrução da história de uma comunidade implica partir do princípio de que a história está presente em todos os lugares, em todos os momentos e movimentos, na memória (material ou intangível) do grupo em questão. Joaquim Santos (2002) também defende que é no processo histórico que as populações locais constroem sua identidade social e cultural. Uma identidade, nascida no cotidiano, está presente no local e na atividade de trabalho, no lar, na família, na escola, na vizinhança e na rua, mas também nos hábitos, costumes e relações que as pessoas mantêm entre si.

Lima et al. (2007) entendem que práticas culturais comunitárias e história local são fatores de desenvolvimento, se constituem nas bases para o conhecimento coletivo, reconhecimento e autoconhecimento e as bases para a construção da identidade e, por extensão, da confiança mútua, da autoestima, das relações de vizinhança, do empoderamento comunitário, do ócio criativo e na resultante de todos esses fatores, a liberdade.

A PESQUISA

A pesquisa foi conduzida segundo os parâmetros determinados pelo Comitê de Ética de Pesquisa com Humanos e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi assinado pela participante antes do início da coleta. A seleção foi por conveniência e intencional. A selecionada afirmou que tinha 54 anos de idade e residia na comunidade por 21 anos. Desde o início da ocupação ela se revelou liderança política, tendo acompanhado todo o percurso histórico da comunidade. A entrevista foi realizada em 12/03/2020,

na praça da comunidade. Ressalta-se que essa atividade ocorreu oito dias antes de ser determinado o isolamento social, pelas autoridades sanitárias, devido à pandemia da COVID-19. Em 20 de março foi editada a Portaria pelo então Reitor da Universidade Federal de Sergipe, proibindo todas as atividades presenciais nos âmbitos de ensino, pesquisa e extensão.

Adotou-se a Análise Narrativa, tendo em vista que o seu objetivo é “mostrar como as pessoas compreendem a sua experiência vivida e como a narração desta experiência lhes dá as condições de interpretar o mundo social e sua atuação dentro dele” (Someck et al, 2015). Não há unanimidade na análise dos dados relatados. Assim, alguns autores centram sua análise na estrutura dos relatos, enquanto outros, no próprio discurso, ressaltando a base ideológica e a conexão com o poder, inerentes no significado e no conhecimento expressos no discurso. Nosso enfoque foi orientado pelas questões da pesquisa, tendo sido a comunidade alvo do estudo retratada em seus aspectos histórico, social, político, bem como nas suas características identitárias.

Os dados foram gravados, transcritos na íntegra e interpretados pelo método Análise do Discurso de Rocha Coutinho (1994). A interpretação proposta por essa autora é temática e desenvolve-se em quatro etapas: categorização; definição das categorias; extrato das falas que mais representam a categoria e a análise dos dados à luz da literatura.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como resultados da entrevista, surgiram algumas categorias, descritas e analisadas a seguir:

A entrevistada lembrou momentos significativos do Percurso histórico da comunidade, descrevendo algumas etapas do processo de ocupação, desde o início até a obtenção das casas de alvenaria, assinalando, dessa forma, aspectos históricos e físicos:

Fizemos um barraco no mangue que chama palafita, eu convivi lá 12 anos, praticamente criei meus filhos no mangue, no barraco e aí depois, Marcelo Déda, fez uma reunião com os moradores e perguntou se quem tava nos palafita queria continuar morando aqui, como a gente preferimo morar aqui mermo e temos família aqui dentro. Aí foi onde ele construiu as casas onde era as palafitas, hoje nós moramos num lugar que era a palafita, com meus dois filhos até ganhar a casa, eu não sabia o que era um palafita eu não sabia o que era viver dentro de uma maré, nós levamos a diante, foram doze anos de palafitas [...] Na época de João Alves, chegou aí tratando os moradores de palafitas como se fosse marginal. Chegou com polícia, com cavalo com tudo. Era tirando o povo e jogando fogo, jogando as coisas em cima do caminhão e jogando pro Fernando Collor [bairro da periferia], como se a gente não tinha o direito de escolher o que queria, mas sim obrigado, a sair porque como Maria do Carmo levou pra lá. O que ela fazia, era uma lavage, sopa três vezes ao dia, então ela coisava a gente como um animal, levou a gente pro lugar que não tinha acesso. Lá não tinha setor de trabalho, que muitas era empregada domésticas. Então a empregada doméstica tinha que sai de Socorro em cima de um caminhão que vinha, um pau de arara, com os morador de lá pra vim trabalhar aqui, aí o caminhão passava cinco hora da tarde, se cinco da tarde você não tivesse no ponto você não tinha como volta pra casa se você não tivesse pagar passagem, então foi uma loucura, e aí foi quando Marcelo Déda que ganhou e entrou aqui dentro e disse que ia dá a dignidade aos morador, quando ele fez tudo isso pro morador daqui. Era uma violência muito grande aqui, o tráfico era muito pesado, era bandido, perigo dentro das palafitas, era polícia

invadindo de noite, não tinha hora pra invadir, eu ia pra debaixo da cama com meus dois filhos, botava uns molfadão que eu tinha, com medo das balas pegar na gente.

No percurso histórico, a entrevistada aponta o processo de moradia da comunidade, iniciando com a ocupação e construção dos barracos nas palafitas sobre o mangue e como conseguiram as casas, que hoje compõem a comunidade. Alguns artigos chamam a atenção para os riscos de os governos locais promoverem políticas de exclusão social na competição por investimentos, como Souza (2001). A este respeito, o autor afirma que a implementação de programas sociais governamentais ganhou maior abrangência em 1988. Em 1992, trinta e dois prefeitos do Brasil pertenciam ao Partido dos Trabalhadores (PT); em 1996, cinquenta e três e, em 2000, cento e quinze prefeitos. A criação de ações sociais é uma das bandeiras defendidas pelo referido Partido, o que levou ao aumento dos projetos sociais voltados para a erradicação da pobreza no Brasil. As ações sociais deste tipo foram implementadas e difundidas por políticos, militantes, universidades, Órgãos de Pesquisa e ONGS, o que trouxe muitos benefícios para a população de baixa renda – como pode ser observado a partir da entrevistada que relata o difícil processo de alcance da sua casa própria e de todos que moravam em casas de palafitas sobre o mangue.

Ao comparar experiências vividas na época das palafitas com a atual conjuntura comunitária, a participante apontou significativos valores concernentes às realidades vividas naquele período. A mudança na convivência foi apontada como a principal diferença no aspecto social.

Eu acho que hoje aqui assim é cada um por si, houve uma mudança muito grande. A convivência que existia numa favela, hoje não existe, aqui mais é cada um por si, eu acho assim, que as pessoas com tanto que saiu da palafita, de uma área que era uma área carente, mal vista pela população, pela sociedade, que hoje tá aqui a rua, todo mundo se achando que é mais rico que do outro, fazer melhor do que o outro. É isso, é o que tá existindo hoje, o que não existia antes, porque todo mundo morava na palafita, então ninguém era melhor do que ninguém e se viam assim, hoje não, hoje tem o egoísmo.

A participante expõe as mudanças na convivência social entre os moradores após eles conseguirem as suas casas próprias. Segundo o relato, inicialmente preponderava a empatia (os moradores das palafitas participavam e sentiam as dificuldades dos vizinhos). A mudança foi radical, da união inicial passou-se, na atualidade, à tendência ao individualismo. Segundo Cortella (2008), com o aumento das concentrações urbanas e da densidade populacional, as cidades deixam de ser comunidades para tornarem-se aglomerações. Destaca, ainda, “Assim, em inúmeras regiões – não importando o tamanho da cidade, e sim, a ruptura social – estamos muito próximos do limite da suportabilidade, dentro de uma forçada convivência, com contínuos confrontos de complexas e difusas necessidades, carências e ganâncias” (Cortella, 2008).

Lopes (2010) compara os termos aglomerados de pessoas e uma comunidade. Esta, segundo ele, subtende a existência de interesses em comum e cuidado mútuo, ao passo que a agregação de pessoas não causa identificação nos indivíduos, visto que mal se conhecem e apenas se esbarram no dia a dia, onde

algumas pessoas, vez ou outra, realizam doações, mais por interesse pessoal do que para realmente ajudar o outro.

Quanto ao contexto social, a entrevistada ressaltou alguns aspectos positivos das palafitas: a união, a divisão do alimento, a ajuda mútua entre os moradores assentados, como as principais características positivas daquela população, à época:

Aquelas famílias era muito unido uns com os outros, um sempre queria ajuda o outro. No caso como eu, que pesco, aí o peixe que eu via que não ia vender, eu distribuía com quem precisava. Ali quando dizia assim, vai ter uma cesta básica, tão doando uma cesta básica em tal lugar, aquela moradora não ficava só pra ela só, vinha avisando as pessoas dentro do barraco entendeu? Aquela união, da comunidade mesmo, era muito bonito, não só pensava em si, mas sim na vizinhança.

A entrevistada aponta traços de pertença à comunidade, quando resalta a união e a ajuda mútua como aspectos mais positivos no seu local de moradia. Silva (2004), neste sentido, explica que a comunidade é influenciada pelo componente afetivo e regida pela reciprocidade nas ações e que tem como base a ajuda mútua e o sentimento de pertença ao grupo – todos pertencentes a um só grupo –, o que se diferencia da sociedade. Essa tem por base as ações de troca de interesses, busca da razão. Por outro lado, o que define uma comunidade é a relação presente entre os sujeitos, podendo ser subjetiva (emocional) ou objetiva (racional).

No que diz respeito às principais lideranças, estão expostas as ações políticas, que marcaram o percurso histórico da comunidade e os personagens que ainda são significativos para os moradores e, especialmente, para a entrevistada, revelando ainda o contexto político que marcou o início da comunidade:

Foi um grupo. Eles eram moradores de casa, já tinham família plantada dentro do bairro, então com a luta da gente, o sofrimento da gente, eles aí se reuniram pra poder ajudar a gente. Essa praça, isso aqui era um curral de cavalo e uma luta de todos os morador aqui dessa rua que na época eu ainda não morava aqui, mas sabia que andava aqui. Um líder correu atrás, chegou a dizer ao prefeito que ele precisa passar um fim de semana na praça que ele tinha deixado, que a praça era um curral de cavalo. Isso fez um reboliço naquela Prefeitura, também em uma semana construíram isso aqui. Aí pronto, vieram e fizeram essa praça.

O relato expressa a importância da liderança para a comunidade. Davel et al. (2001) afirmam que o líder deve constituir para o grupo de pertença uma referência, servir como norte para as ações do grupo, proporcionando-lhes o suporte necessário para a construção da identidade. Os autores salientam também que a interação entre o líder e o grupo deve ser de reciprocidade, imprescindível para que possa ser possível haver uma verdadeira liderança simbólica.

Ainda sobre a perspectiva política, ao discorrer sobre a sua participação em movimentos sociais, a entrevistada mostrou uma forte ligação com a militância partidária e com a Associação de Pescadores do local:

Ah já participei [de movimentos sociais]. Eu sou petista doente... Existe um grupo. Tem umas liderança aqui. Uma vez por mês a gente se reúne ali na Associação dos Pescadores pra distribui

sopa, arroz doce, uma noite diferente pra gente conversar, vê o que os morador tá precisando. Eu faço parte da Associação de Pescadores, eu sou pescadora, a gente pergunta a população o que tá precisando. A gente conversa sobre a vida do pescador, como a gente trouxe [autoridade], que o pescador tava precisando, esse negócio desse óleo aí... nós trouxe [autoridade], pra explicar o que poderia fazer pelos pescador, pela comunidade. Não só os pescador que sofreram, mas as pessoas que trabalham na Orla, os donos de bar, quer dizer atingiu a população. O mais prejudicado foi o pescador, mesmo pegando peixe, quando não sujava a rede de óleo, O pescador tava passando fome, esse benefício do óleo com o senador. A gente sempre se reúne e no que precisa a gente se junta. Tem uma pessoa que não tá conseguindo marcar um exame aí a gente já, aqui a menina faz parte do negócio aí da saúde da área da saúde aí do posto. A gente vamo atrás, se junta aí num carro vamo atrás lá na Secretária da Saúde, da Educação o que for repartição, a gente se reuni um grupo e se manda sempre nós tamo em cima.

A entrevistada aponta sua participação em movimentos partidário e social, sendo integrante da uma agremiação política e, também, da Associação de Pescadores, onde ajuda a solucionar questões comunitárias como as demandas dos pescadores, além das dificuldades da comunidade, desde agendar exames de saúde até matrículas escolares. É possível perceber a preocupação e o desejo de resolução de problemas comunitários quando afirma: “a gente se reúne em grupo e se manda. Sempre nós tamo em cima”. Heller (1992) afirma que ao participar em movimentos sociais, o sujeito coloca suas necessidades em uma luta que vai além de sua realização pessoal, é uma realização comunitária. Seu desejo está voltado para questões além de suas necessidades, o que fica concretamente visível no discurso da entrevistada.

Percebem-se importantes aspectos identitários da comunidade, quando a entrevistada mencionou o que ela considera positivo na localidade onde mora. Assim, foram apontados alguns elementos que qualificam o conjunto habitacional em questão, como a união, a harmonia, o lazer comunitário e a divisão de espaço, a limpeza do lugar:

Eu acho que a união aqui, eu vivo em paz, é uma comunidade que vive em paz, você não vê briga. Você vê uma família reunida ali todo domingo, tem uma família aqui, tem outra ali, tem aqui uma aqui e outra debaixo desse pé de pau, pra botar uma mesinha, como se tivesse almoçando fora, aí reúne a família porque tem um churrasquinho, bota uma carminha pra assar. De onze horas e diante você vai vê a reunião da família e da comunidade e divide cada um o seu espaçozinho... Aqui graças a Deus, nós vive numa comunidade em paz, não vê uma mulher brigando com outra, não vê um homem brigando com outro, não vê nada disso aqui [...] aqui é todo mundo unido, cada um respeita o espaço do outro, o resto, aqui é tudo limpinho, tudo arrumadinho... Os próprios morador deixa tudo limpo, tem aquele menino ali no Natal, na véspera do Natal, ele pintou tudinho, ele mesmo é quem pinta. Nós não espera a Prefeitura, pinta, é que varre, deixa tudo limpinho e os outros morador conserva.

A união mencionada em outros momentos mais uma vez é citada como uma das principais características que qualifica a atual comunidade, ao afirmar: “aqui é todo mundo unido, cada um respeita o espaço do outro”. Assim, a entrevistada nos passa elementos conceituais de comunidade semelhantes aos apontados por García et al. (2002), ao afirmarem a comunidade como a criação de uma rede de apoio mútuo entre os habitantes de determinado lugar. Nas palavras da entrevistada, é possível perceber a união autônoma dos serviços públicos, na prática, quando ela relata o cuidado ambiental e do espaço público que existe na comunidade: “Nós não espera a Prefeitura, pinta, é quem varre deixa tudo limpinho e os outros morador conserva”. Outro aspecto ressaltado foi a conexão entre os moradores expressa a partir

da paz existente na comunidade e na ausência de conflitos entre eles ao desfrutarem o mesmo local para os encontros familiares.

Ao comparar alguns elementos identitários endógenos e exógenos, entre as comunidades vizinhas ao conjunto habitacional onde mora, a entrevistada expressa sua valorização ao seu endogrupo, apontando a importância dos valores comunitários locais e aspectos negativos das comunidades vizinhas:

Nós somos rico, essa comunidade daqui é rica. Olhe, em qualquer rua aí você não vê uma pracinha dessa aí ói. Eu acho assim que nós somos feliz, porque ói de noite você vê, chega aí as famílias sentadinha aí, os meninos brincando, a mãe olhando seus filhos brincar, quer dizer, é um lugar que a gente fica despreocupado. Lá pra cima [outra comunidade] ninguém tem esse direito de tá na porta assim até tarde assim ói, porque fica com medo e aqui não, aqui eu durmo com minha porta aberta ninguém mexe em nada não, não mexeninguém mexe em nada a senhora pode deixar aí. O meu genro deixou a bicicleta ali, no outro dia tava do mesmo jeitinho, vá lá em cima lá pra cima pra senhora vê se a senhora acha, aqui a comunidade é uma família. Só quem mora ali pero do shopping tem assim privilégio de morar perto de um shopping ou perto da praia né? Mas também somos ricos fia.

A participante apontou elementos positivos de destaque da comunidade em que reside em relação às comunidades do entorno, contrastando a realidade do grupo de pertença e a dos grupos de não pertença, tais como a praça cuidada pelo/as moradores/as e a tranquilidade do local. Em comparação, ela mencionou o medo que reina em outras comunidades, ao afirmar: “lá pra cima ninguém tem esse direito de tá na porta assim até tarde, porque fica com medo e aqui não”. A entrevistada mostra os pontos positivos comunitários em relação aos negativos das outras localidades vizinhas. Outra menção foi no tocante ao privilégio das pessoas que têm mais poder aquisitivo de morar num bairro de classe alta, diferente da comunidade em questão, que embora carente financeiramente apresenta outras qualificações positivas, como acesso rápido à praia e ao Shopping. Mesmo apontando a valorização desse grupo de não pertença, imediatamente a participante afirma “mas também sou rico”, numa tentativa de valorizar o endogrupo, corroborando com Deschamps et al. (2009) que mencionam a tendência da valorização do endogrupo, em relação à desvalorização do exogrupo e o sentimento de não pertencimento a esses grupos.

Ainda como significativo elemento identitário, a entrevistada, ao refletir sobre o que representa, na atualidade, a sua comunidade, ressaltou a dignidade, conseguida esta, a partir da transformação vivenciada pelo conjunto de moradores, conforme destaca: “Dignidade, dignidade porque quem passou pela favela, o sofrimento de uma favela, hoje eu sou rica”.

Para a entrevistada, comunidade é entendida como a constituição de dignidade social, devido ao fato de ter alcançado a sua própria casa e um lugar, uma comunidade para viver com sua família. A moradia é compreendida por alguns autores sociais como importante elemento de dignidade, em que o sujeito junto com sua família não é mais nômade, pode fincar raiz no solo e na casa em que moram.

Os depoimentos da participante mostraram algumas importantes dificuldades que ainda persistem na comunidade, bem como possíveis soluções, ao elencar aspectos negativos comunitários. Foram assinaladas a violência policial e a falta de lazer para as crianças.

Polícia quando entra aqui de noite, ele acha que aqui só mora marginal, chega aqui dentro, assim os meninos tão brincado aqui como a noite você vê pedacinho de praça é estreito então os meninos brincam de bola tudo, então quando eles entram como se tivesse já vendo um marginal na frente tudo, os adolescente aqui brincando aí eles diz: “encoste na parede”. Bota a arma em cima, entendeu? Isso que vejo da polícia aqui de noite, não é como segurança, O único problema que eu fico chateada, morava na favela, nunca vi um filho meu tomar um coisa da polícia, nem malandro... agora que numa boa que tá, outra estrutura, quer dizer pra sociedade outra vida né? E a gente vive numa situação dessa...[Demandas]. Eu não tenho o que me queixar daqui não, na verdade não vejo assim necessidade, a não ser tivesse como botar uns brinquedozinhos aí nessa praça, um balançozinho, uma rodinha pra aqueles meninos brincar. Porque na realidade eles não tem opção aqui de brincar a não ser de bola né? Mais não tem brinquedo aqui na praça, só isso.

A principal demanda apresentada foi a falta de recreação para as crianças moradoras na comunidade. Esta preocupação é exposta em outros momentos, quando a participante mostra apreensão e medo pelo fato da comunidade ser alvo de violência policial e as crianças imitem os comportamentos violentos. Por exemplo, nas brincadeiras, podem-se observar meninos reproduzindo o protocolo da revista policial, batendo nas pernas e no corpo de outro menino. O desejo para que haja “um balançozinho, uma rodinha pra os meninos brincar”, está relacionado ao impulso de ocupar o tempo ocioso das crianças com brincadeiras saudáveis. Essa é uma preocupação válida, levando em consideração que tem sido apontado como um dos fatores influentes no ingresso na criminalidade, a ociosidade das crianças e dos adolescentes.

É importante mencionar também que as comunidades que contam com as praças e parques infantis são de relevância para além da socialização. Segundo Souza et al. (2004), elas são oportunidades para um saudável desenvolvimento infantil, que incluem as habilidades cognitivas, físicas, psicológicas e sociais, a partir das atividades do brincar.

Ao apontar as alterações, que ocorreram após a saída das palafitas, no processo posterior da ocupação, a entrevistada expõe um fator que persiste desde a ocupação, que é a discriminação.

Na realidade, assim, eu não vejo, não mudou nada, o que mudou foi o melhor porque nos palafitas a gente vivia em pé de guerra, quer dizer com a turma aqui errada, que era gente errada, era polícia, era tudo, hoje a gente aqui quer dizer, numa rua um pedacinho do bairro que tem é Cidade de Deus, pra pessoas lá fora aqui é o pior lugar. Tem motorista de UBER que nem aqui dentro entra, pode acredita, quando diz assim é pra Cidade de Deus eles não vem. Aí a fama o que ficou foi a fama, do que era na favela quando entramo pra mora aqui, quer dizer que na época tinha muita gente mesmo errada, só que uns tão muito morto, outros presos hoje não existe mais, essa violência, esse negócio de tráfico, essas coisas tá em paz aqui.

A seguir, ela se dá conta que a violência que marcou o início da comunidade, foi abrandando, chegando a um nível que não incomoda tanto os moradores. Assim, a melhoria, segundo suas palavras, foi a possibilidade de sair das palafitas e morar num bairro, com urbanização e “mais estrutura e organização”. No entanto, o preconceito instaurado desde as palafitas, devido ao alto índice de violência, ainda persiste, representando o estereótipo de uma comunidade violenta e marcada pelo tráfico. Os estereótipos se referem “as características pessoais, geralmente traços de personalidade, mas muitas vezes também comportamentos de um grupo de pessoas” (Leyens et al., 1996, p. 24). Eles são simplificações e permitem a descrição rápida e simples de um grupo e seus membros. A entrevistada ressalta que o

estereótipo comunitário, de violência, criado outrora, na época das palafitas, marca ainda atualmente a comunidade, discriminação denunciada por quem viveu e ainda sente seus efeitos: “pra pessoas lá fora aqui é o pior lugar”.

CONCLUSÕES

Historicamente, a comunidade surgiu de uma ocupação em barracos bastante precários, construídos nas palafitas sobre o mangue e, a partir de um Projeto Habitacional do Governo Estadual, foram construídas casas de alvenaria e desenvolvido o processo de urbanização no local. Socialmente, no período das palafitas, apesar dos moradores viverem com muitas dificuldades sociais e financeiras, o sentimento de união e o senso de ajuda mútua eram os mais fortes elos de coesão entre os moradores. A partir da obtenção das casas de alvenaria e a comunidade ser urbanizada, a participante percebeu uma tendência à individualização das famílias. Segundo ela, culturalmente não existem projetos sociais que envolvam principalmente jovens e crianças, mas os moradores se reúnem na praça para as suas comemorações familiares e coletivas. Politicamente, os membros da comunidade contam com as associações de Moradores e de Pescadores para viabilizarem suas demandas sociopolíticas.

No que tange aos elementos identitários que definem a comunidade, foram relatadas: coletividade, necessidade, união e luta. Contudo, a violência, muito acirrada anteriormente, em especial, na época em que os moradores habitavam nas palafitas, ainda tem sido responsável pelo estigma que até hoje caracteriza a comunidade, cujo codinome é “Cidade de Deus”. Para a participante, esse estigma, que ainda persiste na atualidade e marca os moradores, não é mais condizente com a verdadeira e atual situação da comunidade.

No que se refere às demandas comunitárias e possíveis soluções foi denunciada a violência policial e, portanto, a necessidade de ser construído um ambiente de respeito aos moradores e jovens, já que estes últimos são as maiores vítimas por parte das autoridades policiais. Foi apontada, ainda, a promoção de projetos sociais, bem como a incrementação da praça central, com brinquedos e melhorias, para diminuir o tempo ocioso das crianças e dos jovens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ashforth B (2001). Role transitions in organizational life: An identity-based perspective. *Academy of Management Review*. 110-117p.
- Bauman Z (2005). *Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar. 18-27p.
- Bleger J (1984). *Psico-higiene e Psicologia Institucional*. Porto Alegre: Artes Médicas. 27p.
- Brancaleone C (2008). Comunidade, Sociedade e Sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. *Revista de Ciências Sociais*, 39(1): 99-103.

- Brandão CR et al. (2007). A pesquisa participante: um momento da educação popular. *Revista de Educação Popular*, 6(1): 27.
- Castells M (2003). *A galaxia da internet: reflexão sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 5p.
- Cortella MS (2008). *Não nascemos prontos! Provoações filosóficas*. Petrópolis, RJ: Vozes. 71p.
- Costa LPF; Ávila RV (2011). Identidade pela fotografia: construção e resgate da identidade na comunidade Novo Aarão Reis. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, 6(20): 207-12.
- Cuche D (2002). *A noção da cultura nas ciências sociais*. 2. Ed. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC. 57p.
- Davel E et al. (2001). A dinâmica entre liderança e identificação: sobre a influência consentida nas organizações contemporâneas. *Revista de Administração Contemporânea*, 5(3): 5-8.
- Delory-Momberger C (2012). Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. *Revista Brasileira de Educação*, 17(51): 10.
- Deschamps JC et al. (2009). *A identidade em psicologia social: dos processos identitários às representações sociais*. Tradução de Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis: Vozes. 28-63p.
- Festinger L (1954). A theory of social comparison processes. *Human Relations* 7. 117-140p.
- Freitas MFQ (1996). *Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90*. Brasil. R.H.F. Campos (Org.), *Psicologia Social Comunitária - da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes. 21p.
- Galinskin AL et al. (2011). *Identidade Social e Alteridade*. Em: Torres CV et al. (Eds.). *Psicologia social: principais temas e vertentes*. Porto Alegre: Artmed. 11-20p.
- García I et al. (2002). El lugar de la teoría en Psicología Social Comunitaria: comunidad y sentimiento de comunidad. In: Montero M (Org.). *Psicología Social Comunitaria: Teoría, Método y Experiencia*. México. 10-12p.
- Góis CWL (2005). *Psicologia Comunitária: atividade e vivência*. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.
- Hall S (2004). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A. 378p.
- Heller A (1992). *O cotidiano e a história*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra. 40p.
- Leyens JP et al. (1996). *Stéréotypes et cognition sociale*. Bruxelas: Mardaga. 24p.
- Lima V et al. (2007). História, identidade e desenvolvimento local: questões e conceitos. *História & Perspectivas*, Uberlândia (36-37): 363-388.
- Lopes CJR (2010). *O papel das relações comunitárias na redução da criminalidade: Um estudo de caso da rede de vizinhos protegidos*. Dissertação apresentada na Fundação João Pinheiro. Programa de Pós-graduação em Administração Pública. Belo Horizonte. 8p.

- Machado HV (2003). A identidade e o contexto organizacional: perspectivas de análise. *Revista de Administração Contemporânea*, 7: 51-73.
- Rocha-Coutinho ML (1994). *Tecendo por trás dos panos; A mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro, Ed. Rocco. 8p.
- Santos JJM (2002). História do lugar: um método de ensino e pesquisa para as escolas de nível médio e fundamental. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, 9(1): 105-24.
- Silva MN (2004). *Escola e comunidade juntas contra a violência escolar: diagnóstico e esboço de plano de intervenção*. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília. 15p.
- Silva TT (2000). A produção social da identidade e da diferença. In: Silva, Tomaz Tadeu (org. e trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes. 73-102p.
- Someck B et al. (2015). *Teorias e métodos de pesquisa social*. Petrópolis, RJ: Vozes. 5-9p.
- Souza AM et al. (2004). *Origens históricas da brincadeira*. *Psicologia Brasil*. 10p.
- Souza C (2001). Construção e consolidação de instituições democráticas, o papel do orçamento participativo. *São Paulo Perspectivas*, 15(4): 410.
- Tajfel H (1979). Individuals and groups in social psychology: *British Journal of Social Psychology*, 18: 183-190.
- Tajfel H (1981). *Human groups and social categories: Studies in social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press. 369p.

ÍNDICE REMISSIVO

A

América Latina, 5, 68, 71, 72, 77
aspectos identitários, 27, 33

B

Brasil, 3, 4, 5, 9, 17, 21, 22, 24, 26, 31, 37, 38, 52,
53, 56, 68, 69, 70, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82,
84, 86, 87, 88, 92, 93, 101

C

cargo, 58, 62, 63
Comunidade, 4, 24, 36, 37
cooperativas, 5, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98,
99, 100, 101, 102
cultura de aprendizagem, 5, 91, 94, 96, 100, 101,
102

D

desenvolvimento sustentável, 54
Digitalização, 4, 7, 11, 16, 22, 23
Dignidade, 34, 87
direitos humanos, 22, 84, 85, 86, 88
documento, 7, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19

E

Empreendedorismo, 4, 39, 46
empresa, 15, 16, 18, 23, 57, 61, 62, 66, 76, 87,
101
Execução Penal, 5, 78, 79, 83, 84, 85, 87, 88

G

gestão, 1, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 19, 20, 22,
23, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 72, 73, 75,
77, 87, 92, 95, 101, 102
Gestão Arquivística, 4, 7

I

identidade comunitária, 28

L

lei, 8, 10, 21, 53, 54, 80, 81, 82, 83, 84, 93

M

meio ambiente, 4, 42, 43, 45, 47, 49, 53, 54
modelos mentais, 94, 98, 99
MPRN, 4, 7, 11, 12, 13, 14, 15, 19, 20, 23

O

organização, 13, 35, 40, 41, 42, 48, 57, 58, 59,
64, 76, 92, 93, 94, 102

P

Pena, 88, 89
proteção animal, 52, 53, 56

R

regimes internacionais, 4, 47, 48, 49, 50, 51, 52,
54, 55
responsabilidade, 1, 3, 11, 17, 39, 40, 43, 46, 51,
57, 86, 93, 96

S

segurança pública, 4, 68, 70, 71, 72, 76, 77, 86
Socioambiental, 4, 39, 43, 46
software, 11, 15, 19, 20
Suape, 4, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67

T

Transdisciplinaridade, 39, 46

SOBRE O ORGANIZADOR



Hudson do Vale de Oliveira

É Doutorando em Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Faz parte do Núcleo de Inovações Sociais na Esfera Pública (NISPE), atuando, também, no Observatório de Inovação Social de Florianópolis (OBISF). É Doutor em Agronomia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). É Mestre em Agronomia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). É Especialista em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). É Graduado em Agronomia pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), em Administração pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e em Comunicação Social (Jornalismo) pela UFRR. É Professor Efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), Campus Boa Vista Zona Oeste (CBVZO). Possui experiência e interesse de projetos (pesquisa e extensão) nas seguintes áreas: Agronegócios, Sustentabilidade, Cooperativismo, Gestão de Pessoas, Gestão Pública, Inovação Social e Educação. Email para contato: hudson.oliveira@ifrr.edu.br



ISBN 978-658831972-7



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br